

CURRÍCULO E IDEOLOGIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA¹

Simone DA SILVA²

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão acerca da ideologia dominante presente no currículo desenvolvido na educação de jovens e adultos – EJA, durante o trabalho com a língua portuguesa. Para realizar o estudo, realizamos uma pesquisa etnográfica, qualitativa, cujos instrumentos utilizados foram observação, gravação, revisão de literatura, diário de bordo. O estudo nos revelou que a escola mais reproduz a ideologia dominante, mantendo o preconceito linguístico, do que desenvolve uma prática curricular voltada para a educação libertadora.

Palavras-chave: Ideologia; EJA; currículo; preconceito linguístico.

Introdução

Este artigo discute as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação de jovens e adultos, enfocando a ideologia presente no currículo referente ao trabalho com a Língua Portuguesa. Para realizar o estudo, buscamos responder um questionamento que nos inquietávamos: a escola está construindo conhecimentos linguísticos ou reproduzindo ideologias da classe dominante no que se refere ao trabalho com a língua materna?

Esse texto é um recorte da pesquisa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Alagoas, onde investigamos as práticas de salas de aula de EJA quando o assunto é variação linguística. Durante a coleta de dados para essa

¹ Artigo apresentado em comunicação oral e publicados nos anais do VII Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares em João Pessoa, Paraíba no período de 12 a 14 de novembro de 2015. O presente texto sofreu alterações em relação ao número de páginas, reduzindo de 17 para 15 para atender as normas deste periódico.

² Formada em Pedagogia, (UFAL - 2005), Especialista em Educação de Jovens e Adultos (UFAL – 2006), Especialista em Mídias e Formação de Professores (UFAL – 2013), Mestre em Educação Brasileira (UFAL – 2009) e Doutoranda em Educação (Valência/Espanha). Professora das Redes Públicas Municipais de Pilar/AL e Maceió/AL e Professora bolsista do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFAL. simonedoc@yahoo.com.br

pesquisa, podemos acompanhar o desenvolvimento de algumas aulas em 30% das escolas que possuem turmas de educação de jovens e adultos na cidade de Pilar/AL, onde percebemos que o trabalho com a língua materna ainda está muito atrelado ao trabalho com a norma padrão, sendo a Língua Portuguesa considerada sinônimo de norma culta.

Para o desenvolvimento do trabalho, além da coleta de dados através da observação e do registro gravado e escrito, recorreremos a um referencial teórico que nos subsidiou em nosso marco conceitual, com grandes estudiosos na área da linguagem, com enfoque na sociolinguística e na Educação de Jovens e Adultos, composto por Andrade (2006), Antunes (2007), Althusser (1983), Bagno (1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2007), Bortoni-Ricardo (2001, 2004, 2006, 2008) Brighth (1974), Carvalho (2008), Castilho (1998), Cavalcante (2000, 2006), Chauí (2000), Dionísio (2002), Faraco (2008), Fonseca (1974), Gagné (2002), Galvão (2007), Gorski (2006), Labov (1983, 2008), Marchuschi (2008), Mollica (1998, 2003), Scherre (2005), Tarallo (2002), Votré (2003).

Percebemos que a resposta para nosso questionamento aponta que a escola constrói menos conhecimentos de forma emancipadora, e prevalece a transmissão e reprodução da ideologia da classe dominante que envolve os conceitos de norma “cultura”, norma padrão, norma popular, vícios de linguagem, variantes de prestígio, falar certo ou errado, falar bonito ou feio, tudo carregado por um forte preconceito linguístico presente na retaguarda do currículo, tanto prescrito, quanto real, bem como no currículo oculto.

Língua e poder no contexto da sala de aula da EJA

Embora no Brasil a língua oficial seja a Língua Portuguesa, sendo esta falada por quase toda a população, a língua materna apresenta variações. Isso por que seus usuários são seres humanos e como tal usam a língua constantemente, seja ela falada e/ou escrita. Os estudos sociolinguísticos mostram que há co-variação sistemática das variações linguísticas e sociais. Neste sentido, acreditamos que a

Língua Portuguesa não deve ser tratada como completamente uniforme, homogênea ou monolítica em sua estrutura (BRIGHT, 1974).

Entretanto, o trabalho com a Língua Portuguesa que prevalece na escola prioriza uma abordagem sob a orientação da ideologia da classe dominante, na qual se expõe um modelo único da Língua, classificada como sinônimo de norma culta, propagando neste sentido a ideia de unidade linguística, numa metodologia definida com base na gramática normativa, conforme amostra de dados coletados abaixo:

P1 – coloquei nessa atividade a palavra folha, quero que eles descubram, porque ouvi eles falando fôia, olha só! (exclamou a professora, com um aspecto de quem estava chocada com os “erros dos alunos”)

A escola está situada em uma sociedade dividida em classes sociais. Althusser (1983) chama a atenção para escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado por considerar a instituição escolar como um instrumento da classe economicamente dominante, detentora do poder político, para a reprodução das relações sociais que favorecem a continuidade desta classe no poder, e consequentemente mantém as relações de dominação e submissão existentes. Por isso, a questão do conteúdo escolar é importantíssima, aliado a metodologia define o currículo desenvolvido na instituição. O conceito de ideologia é aqui entendido sob a perspectiva de Chauí, que a define como

Um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade, o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo, de representações e práticas (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a humanidade, a liberdade, a igualdade, a nação, ou o Estado (CHAUÍ, 1980)

No que se refere ao trabalho com a Língua Portuguesa, discussão que nos propomos neste artigo, a orientação ideológica não difere das demais disciplinas.

Pelo contrário. No Brasil, o ensino da Língua Portuguesa na escola sempre esteve atrelado ao processo de implantação de uma norma padrão, um “modelo”, e sempre esteve associado a projetos políticos de nação do século XIX para servir, como de fato vem servindo até hoje ao interesse de uma minoria que constitui a classe dominante, como ressalta Faraco (2008, p. 147)

Em geral a fixação de certo padrão responde a um projeto político que visa impor uma certa uniformidade onde a heterogeneidade é sentida como negativa (como “ameaçadora de uma certa ordem”). Foi esse o caso do Brasil no século XIX em que certa elite letrada, diante das variedades populares (em particular do que se veio chamar pejorativamente de ‘pretoguês’) e face a um complexo jogo ideológico (em boa parte assentado em seu projeto de construir um país branco e europeizado) trabalhou pela fixação de uma norma padrão.

É, portanto, no interior da sociedade histórica, que podemos identificar a emergência da ideologia. Constitui-se a ideologia de representações através das quais os agentes sociais e políticos pensam em atender a uma minoria, em detrimento da necessidade da maioria.

Percebemos que no currículo oficial, o prescrito presente nos documentos legais como as propostas curriculares a nível federal, estadual e municipal, bem como na LDB prever os conteúdos que vão ser trabalhados nas disciplinas e tem por função oferecer uma base comum curricular como citada na LDB 9394/96.

“Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”

Essa base nacional comum deixa claro que deve haver uma unidade no ensino a ser desenvolvido nas escolas da educação básica de todo o Brasil, defendendo também que na parte diversificada, a escola tem liberdade para adequar seus currículos a realidade de sua instituição. Encontramos na entrelinha o estudo da Língua Portuguesa definido como sinônimo da norma culta ou padrão e o currículo real na escola é concretizado com base no estudo da unidade linguística, desconsiderando a heterogeneidade que existe em nosso país.

Neste sentido, o trabalho com a língua materna se constitui em uma das infinitas relações de poder e dominação na escola, especificamente, e na sociedade em geral. Estas representações justificam as formas da desigualdade, dos conflitos, da exploração e da dominação como sendo "naturais", isto é, universal e inevitável, a medida que uma forma de falar é considerada melhor que a outra, e sobretudo quando esse uso da língua é motivo para avaliações, segregações e julgamentos, numa verdadeira prática preconceituosa linguisticamente. Os dados coletados abaixo ilustra o que estamos afirmando

P1 – são pessoas da zona rural que geralmente falam assim, mas graças a Deus está mudando essa situação, agora já tem transporte e as pessoas estão frequentando a escola. Mas, geralmente no sertão, quando é muito longe, não existe escolas, as pessoas ficam naquele ambiente, falando daquele jeito com a família, porque só aprende a falar nossa língua oficial quando chega na escola né, que aprende as regras da gramática, aprende as palavras corretas né... que aprende a escrever sem erros de grafias, certo?

Para Scherre (2005, p.129), a discriminação ocorre quando um falante brasileiro não faz todas as concordâncias e considera-se que ele está falando errado, que não sabe português e, por consequência não sabe pensar. Esse equívoco acontece porque a Língua materna é comparada à gramática normativa. Esta sim é ensinada, aquela é adquirida no convívio com a sociedade, sem ensino formal, sem a presença da escola. E a língua materna de uma comunidade é, de acordo com Scherre (2005, p.138), seu legado maior, tenha ou não prestígio, e tem de ser respeitada porque faz parte de sua comunidade.

As relações de poder e a forma como está organizada a escola hoje faz com que vários currículos sejam praticados no interior das instituições. É neste sentido, que trazemos a discussão referente às salas de educação de jovens e adultos, onde numa perspectiva sociolingüística, o aluno é autor de seu discurso e competente no uso da língua, quer domine a norma padrão quer seja usuário da norma popular. Isto porque os alunos da EJA são sujeitos letrados, e seu letramento permite que o uso restrito da escrita, assim como o não domínio da norma padrão seja extrapolado, uma vez que suas habilidades manifestam-se na oralidade, no uso competente da língua durante a interação.

Neste sentido, vale ressaltar que nos referimos a um público que passou muito tempo de sua vida fora ou sem contato direto com a escola, e ao chegar nela, precisa ter seus conhecimentos prévios valorizados e ser reconhecido como sujeitos portadores de culturas e saberes.

De acordo com o conceito de letramento que entendemos aqui, tanto pode haver características orais no discurso escrito, quanto traços do discurso escrito no discurso oral. Essa interpenetração entre as duas modalidades inclui, portanto, entre os letrados, também os não alfabetizados, e aquelas pessoas que são alfabetizadas, mas têm um baixo grau de escolaridade.

A escola em suas representações ideológicas erra ao considerar norma como sinônimo de língua. Norma, não é língua, dialeto ou variedade. “Ela não é falada, ela não é escrita, norma é construto sociocultural, portador perpetuador de uma ideologia linguística, muito mais até do que um guia normativo para se falar e escrever corretamente”. A respeito disso Bagno (2007, p.105) diz que

a norma culta por diversas razões de ordem política, econômica, social e cultural é algo reservado a poucas pessoas no Brasil. É o mesmo o que acontece com a alimentação, a saúde, a educação, a habitação, o transporte, o acesso às novas tecnologias. [...] a norma padrão é um modelo de língua certa, de bem falar, que nessas sociedades, constituiu uma espécie de tesouro nacional[...]

Diante da afirmação de Bagno (op.cit, p.105), reconhecemos os alunos de EJA em sua maioria como não usuários da norma padrão, uma vez que são sujeitos privados, não só dela, mas da boa alimentação, da saúde, da habitação, do acesso às novas tecnologias, e por uma boa parte de suas vidas, também da educação escolar. Porém essas privações não os tornam incompetentes no uso de sua língua materna, pois esta faz parte em suas vidas desde a aquisição da linguagem e isso os faz usuários da sua língua.

Os alunos da educação de jovens e adultos são todos sujeitos com mais de quinze anos de idade e por isso usuários competentes da língua materna, uma vez que atinge seu objetivo ao usá-la, pois se comunicam, interagem. Por isso que é impossível considerar o erro de português, pois sendo a língua um conjunto de sons

e significados que se organizam sintaticamente para permitir a interação humana, não cabe dizer que há interação certa ou errada, pois “essas classificações são resultantes de visões de mundo, de juízos de valores, de crenças culturais, de ideologias e exatamente por isso estão sujeitas a mudar com o tempo” (BAGNO, 2007). Mas afinal, qual a origem do “erro” linguístico? Quando surgiu a norma padrão?

Segundo Bagno (2007, p. 62) o “erro” nasceu no mundo ocidental junto com as primeiras descrições sistemáticas gregas. Essas descrições sistemáticas foram empreendidas na cidade de Alexandria (Egito), que era o mais importante centro de cultura grega no século III a.C., tendo como rei Alexandre, “O Grande”. Ao longo de suas trilhas e conquistas, o rei fundou diversas cidades. Após sua morte, seu império foi dividido entre seus generais. A língua grega tinha se tornado o idioma internacional dentro do grande império formado pelas grandes conquistas do rei Alexandre. Assim, surgiu a necessidade de normatizar a língua e por isso foi criado um padrão uniforme que se erguesse acima das diferenças regionais e sociais para se transformar num instrumento de unificação política e cultural. A tarefa de construir uma norma unificada ficou a encargo dos filólogos. Estes escolheram para compor a norma culta as variedades usadas pela classe dominante. Data desse período a gramática tradicional, - um conjunto de noções acerca da língua e da linguagem que representou o início dos estudos linguísticos no ocidente.

Para compreendermos o fenômeno da variação linguística, e consequentemente o entendermos o preconceito linguístico em suas causas e consequências, se faz necessário definir língua e linguagem e a partir daí entendermos como elas funcionam de forma efetiva.

Labov (1983, p. 235) diz que linguagem é uma forma de comportamento social, usada por seres humanos num contexto social, para comunicar suas necessidades, ideias, emoções uns aos outros. Para ele (2008, p. 302, apud Whitney, 1901, p. 401 - 404), a

fala não é uma posse pessoal, mas social; ela pertence, não ao indivíduo, mas ao membro da sociedade [...]. O homem fala, portanto, primordialmente não com o intuito de pensar, mas de transmitir seu pensamento. Suas

<http://www.maceio.al.gov.br/semmed/saberes-docentes-em-acao/>

necessidades sociais, seus instintos sociais, forçam-no à expressão. (LABOV, 2008, p. 302, apud Whitney, 1901, p. 401 - 404).

A língua é um bem social. É uma atividade cujas normas envolvem os mecanismos de autorregulação dos indivíduos e dos grupos em suas dinâmicas históricas de interação entre si e com a realidade. Neste sentido, podemos dizer que a língua é um conjunto de símbolos que os membros de um determinado grupo social usam para se comunicar e interagir, bem como ideologicamente, pode ser usada para emancipar ou dominar, oprimir ou libertar.

A linguagem é o fato social por excelência, resulta dos contatos sociais. Ela tornou-se um dos vínculos mais fortes que une as sociedades e deve seu desenvolvimento à existência de grupo social. (LABOV 2008, P.304, apud VENDRYES, 1951, p.11). Neste sentido, língua é a parte social da linguagem, ela não existe fora de um tipo de contrato estabelecido entre os membros de uma comunidade. O que há é variação linguística. Mas o que é isso afinal?

A língua é um sistema que nunca está pronto. Ela se renova, muda, se reestrutura. A língua humana apresenta variação que ocorre em todos os níveis da língua. Essa variação, segundo Bagno (2007, p.61) pode ser de ordem morfossintática, sintática, fonético-fonológica, semântica, lexical, estilístico-pragmática.

São variações presentes nos discursos orais dos alunos da EJA, à medida que sua experiência de mundo que os fazem sujeitos culturais, os habilitam também a usar uma variedade em detrimento da outra, modificar os sufixos de alguma palavra por não habilidade com aquela forma, usar uma variedade por ter sido influenciado pela escrita, mesmo sem saber pronunciá-la com exatidão e pode reconhecer o seu significado.

Todas as línguas variam e isso implica dizer que não há uma única sociedade ou comunidade na qual todos os sujeitos falem da mesma forma. E pela dimensão que tem nosso País, a variação linguística se constitui em um fato natural e inevitável, graças à heterogeneidade social e aos diferentes graus de contato intergrupar das comunidades aqui existentes. Esses fatores que constituem a variação são chamados fatores extralingüísticos que podem ser definidos como:

<http://www.maceio.al.gov.br/semmed/saberes-docentes-em-acao/>

origem geográfica, fatores socioeconômicos, grau de escolarização, idade, sexo, mercado de trabalho e redes sociais (BAGNO, 2007, p. 43-44), e que devem ser considerados no currículo real das instituições de ensino.

Segundo o dicionário de Língua Portuguesa Aurélio Buarque, norma é aquilo que se adota como base, ou medida para a realização ou avaliação de algo. Norma é princípio, é regra, é modelo é padrão. Para Faraco (2008, p. 37) norma

é um determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala. Norma neste sentido se identifica como normalidade, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente “normal” numa certa comunidade de fala.

Faraco (2008), portanto, não vê a norma como padrão ou modelo, como o que está posto no dicionário, mas sim algo que é normal, corriqueiro, usual que pode mudar de acordo com os fenômenos de variações. Mas nesse sentido, o que é portanto norma culta, padrão ou popular?

Faraco (op. cit) defende também que toda norma linguística tem uma organização estrutural e é seguida por todos os usuários dessa língua, o que implica dizer que nenhum falante da língua materna “erra” ao usar a língua, pois todos seguem algumas normas.

Em relação ao conceito de norma, Antunes (2007), semelhante a Faraco, defende que tanto tem a norma no sentido amplo, como regularidade, assim como tem a norma no sentido restrito, como prescrição

No primeiro sentido, é norma aquilo que corresponde ao regular, ao usual, ao que mais frequentemente as pessoas usam. Por esse prisma, o conceito norma linguística implica o conceito de normalidade, e não o caráter de certo ou errado. Daí que cada grupo, ou cada região têm sua norma, seus usos preferenciais e são por eles identificados. No sentido mais restrito, o termo norma linguística implica o conceito de normatividade, de prescrição, isto é, do uso como deve ser segundo um parâmetro legitimado, em geral, pelos grupos mais escolarizados e com maior vivência e, em torno da comunicação escrita. (ANTUNES, op. cit, p. 56)

Essas normas são classificadas como:

Norma Padrão – é a norma dos prescritivistas, ligada à tradição gramatical normativa, que tenta preservar um modelo de língua ideal, inspirado na grande literatura do passado. É uma norma concebida, pensada, prevista e proposta como a norma representativa dos usos da língua considerados cultos. É segundo Antunes (2007, p. 92) uma idealização, no sentido próprio do termo. É abstrata, e se distancia do que de fato é real e comprovável nos usos do dia-a-dia.

Norma Culta – refere-se à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da nossa população. Segundo o NURC (Norma Urbana Culta), os falantes são definidos cultos por dois critérios: escolaridade superior completa e antecedentes biográficos culturais urbanos (BAGNO, 2003);

Antunes (op. cit, p. 87) aborda esse tema, definindo a norma culta, segundo a compreensão tradicionalmente veiculada pela escola como

àquele falar tido como “modelar”, como “correto”, segundo as regras estipuladas nas gramáticas normativas. Constitui, portanto, a representação do que seria o falar exemplar – aquele “sem erros” – por isso mesmo, o mais prestigiado socialmente. (ANTUNES, 2007).

Ainda em relação à norma culta, Faraco (2002, p. 40, apud Antunes, 2007, p.88), define-a como:

norma linguística praticada em determinadas situações (aquela que exige certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social.

Norma Popular – refere-se às variedades linguísticas relacionadas a falantes sem escolaridade superior completa, com pouca ou nenhuma escolarização, moradores de zona rural ou periferias empobrecidas das grandes cidades (BAGNO, 2003). Foi comum encontrarmos entre os alunos da EJA o uso dessas variedades, como por exemplo

P1 – É... agora vamos para o mercado de trabalho, falar de algumas profissões que a mulher conquistou

P1 – Direito da greve

A6 – o direito da justiça, que só dá direito a ela também

P1 – isso, o direito da justiça

A7 – as **mulé** que **hoji** em dia num **qué** trabalhar é coisa de **pobi**, porque tem **qui** trabalhar pra poder ter **as coisa**

P1 – antigamente as mulheres não podiam trabalhar, só os maridos trabalhavam, os homens né

A7 – as **mulé** é quase **ingual** aos **homi**, porque os **homi** sai para trabalhar **prum** lado e as **mulé** pro outro

A8 – oxe, hoje tem **mulé** sargento, juíza, promotora, devogada, motorista de caminhão.

O que se percebe, portanto é que todos os usuários da língua portuguesa usam variações dessa língua. O que define essa variação como prestigiada ou sem prestígio é a condições social, econômica e geográfica desse sujeito. O discurso acima citado é considerado com mais “erro de português” do que quando uma pessoa com prestígio social, graduada ou ocupante de uma classe social favorecida fala: fui **no** hospital, fui **no** cinema, ou ainda quando diz tu vai amanhã no médico? Nas duas situações há variação, sendo que a primeira é considerada errada, pois seus usuários não têm prestígio social.

Segundo Bagno, a gramática tradicional se constitui com base em preconceitos sociais. O fato de uma minoria ter acesso a essa gramática considerada exemplar, faz com que todos aqueles que não dominam a norma culta sejam acusados de falar “errado” o “português”. Isso é reforçado na escola.

Assim, se faz necessário combater a discriminação linguística em função do uso da língua, pois a noção de erro varia e flutua de acordo com quem usa e contra quem. Quanto menos prestigiado socialmente é o indivíduo, quanto mais baixo ele estiver na pirâmide social, mais erros os membros da classe privilegiada encontram na língua dele (BAGNO, 2003, P. 28).

A escola enquanto espaço socialmente instituído é também espaço de encontro entre os saberes erudito, científico e o senso comum. Esse encontro deve servir como um momento propício de formação da cidadania do sujeito, que deve compreender as diferenças, considerando que o fato de uma norma ter sido eleita a forma correta de falar, tudo que difere daquela não deve ser necessariamente

errado, que nem sempre deve haver algo melhor ou pior. É preciso que os alunos compreendam que a língua é dinâmica, viva e por isso, passível de mutação, o que significa dizer que há diferentes formas de usá-la, sendo esse o fenômeno da variação, em que não há variedades superiores ou inferiores, apenas diferentes.

Nesse sentido, o ensino da língua na escola deve se dar por meio de uma reeducação sociolinguística, através da qual alunos e alunas possam construir consciência da complexidade dinâmica social, e assim tornarem-se conscientes das múltiplas escalas de valores que são empregadas a todo o momento nas relações entre as pessoas através da linguagem, e com isso possam compreender também que a língua, além de ser um meio de comunicação, é também um meio poderoso de controle social.

Com os alunos jovens e adultos essa reeducação pode acontecer à medida que forem desenvolvidas atividades de linguagem em que o aluno perceba que há diferentes formas de falar, e que o uso que se faz dela depende do contexto em que o falante encontra-se.

Entretanto, essa pesquisa aponta que a escola desperdiça muitas oportunidades de trabalho nessa perspectiva, e reproduz o trabalho numa perspectiva liberal, com foco no estudo da gramática normativa como sinônimo da língua materna, ignorando as diferenças sociolinguísticas de seus alunos.

É preciso que seja desenvolvida uma educação linguística no sentido de que professores e professoras, alunos e alunas tenham consciência de que há diferentes formas de se dizer a mesma coisa, sendo que as variedades utilizadas servem a propósitos comunicativos diferentes, assim como são recebidas de maneira distinta pela sociedade. (BORTONI- RICARDO, 2005). A amostra da pesquisa abaixo, demonstra que isso ainda não acontece nas escolas

P2 – Vamos trabalhar com a música Asa Branca escrita de duas formas, vocês vão analisar, ela está escrita de duas maneiras, vocês vão analisar e depois eu vou fazer algumas perguntas. Vocês vão observar a primeira e vão observar a segunda. Ela está escrita de duas maneiras. Agora vocês vão me dizer qual das *duas está bem escrita, de acordo com a norma culta que é o português bem falado, que é o português bem escrito?* Qual das duas está escrita, a primeira ou a segunda?

A situação acima seria evitada se houvesse compreensão da sociolinguística, pois assim a professora teria trabalhado as variedades da língua materna, enfocando a norma padrão e a norma popular, situando o impacto que o uso de uma ou da outra causa à sociedade, enfatizando, no entanto que isso depende de quem fala, com quem fala, onde fala e quando fala. Neste sentido, o aluno perceberia que todos nós temos um repertório linguístico e este pode ser utilizado de acordo com a necessidade da situação e para tanto temos que ter um monitoramento estilístico que irá sinalizar o que devemos falar e quando devemos falar, pois o falante, de acordo com Faraco (2008, p.168) é um ente multiestilístico (ele mesmo, portanto linguisticamente heterogêneo) que adapta sua fala às circunstâncias.

Para que a educação aconteça dessa forma, é preciso que a escola respeite os antecedentes culturais e linguísticos dos alunos, a fim de desenvolver segurança ao se apropriar de outras variedades da língua materna. Dessa forma, o aluno não vai ter sua língua desprestigiada, e irá compreender que existem outras maneiras de se dizer a mesma coisa. Nesse contexto, se faz necessário ensinar gramática, como diz Bagno (2007, p.69-70)

É ou não é para ensinar gramática? A resposta é: se for para ensinar gramática como mera repetição da doutrina tradicional, anacrônica e encharcada de preconceitos sociais, definitivamente não é para ensinar gramática. Mas se por gramática entendermos o estudo sem preconceitos do funcionamento da língua, do modo como todo ser humano é capaz de produzir linguagem e interagir socialmente através dela, por meio de textos falados e escritos, portadores de um discurso, então definitivamente é para ensinar gramática, sim.

Percebemos, portanto que, havendo interação em sala de aula, é possível que haja retificação, tratando o aluno como um falante competente, e por isso deve ser ouvido com atenção, tendo suas contribuições aceitas e aproveitadas durante as aulas.

Conclusão

No processo de reflexão desse estudo, consideramos que alunos e professores devem compreender que a língua é mais do que um meio de

comunicação, ela é lugar e meio de conflito, uma vez que a sociedade em que vivemos é conflituosa, e para que os alunos e as alunas da EJA possam de fato atuar, interagir e compreender o que acontece em nossa sociedade, a escola precisa garantir o acesso dos alunos à norma culta, ampliando seu repertório linguístico, sem desprezar seus conhecimentos prévios.

Apesar de ser a variação um fenômeno natural, não podemos dizer que se mantenha a fala exclusivamente que o aluno já traz de sua vivência. A escola é o lugar do saber científico, do conhecimento sistematizado, e não deve ser diferente com o ensino da língua. Para isso, o aluno deve ter conhecimento da existência da variação, para que então ele compreenda que há uma ou mais formas de dizer a mesma coisa e isto está ligado a diversos fatores de ordem cultural, social e natural e a fatores externos e internos.

Também é papel da escola desenvolver meios que possam possibilitar aos alunos e às alunas a construção de uma consciência crítica para que os mesmos possam compreender que a norma padrão e a norma popular não são fenômenos naturais assim como o anoitecer e o amanhecer, e sim, fenômenos exclusivamente políticos e ideológicos.

Percebemos que no Brasil, por ser um país de grandes extensões e fortes desigualdades sociais causadas pela má distribuição de renda, constantemente presenciamos cenas de preconceitos sociais e linguísticos que variam de acordo com a classe social à qual o sujeito pertence, assim como referente à região geográfica em que ele habita.

As variedades presentes na fala do nordestino são motivos de comentários cômicos em programas de TV, produzidos, principalmente na região sudeste. Além disso, o nordestino também aparece em forma de personagens em programas humorísticos, ou fazendo papel de subalterno nas novelas, sempre tendo enfatizado seu dialeto, idioleto e socioleto. Isso não ocorre por acaso, e sim porque a região nordeste é a mais pobre do país, onde concentra o maior número de analfabetos de do país. No entanto, os sulistas e sudestinos não usam somente variedades da norma padrão, e, no entanto o uso que eles fazem da língua não é objeto de

avaliação e comédia. E nesse sentido Bagno (2007, p. 112) chama atenção para a classificação de “erros mais ‘errados’ do que outros”.

Diante de toda essa realidade, professores e professoras precisam compreender que é na escola que devemos aproveitar o tempo e o espaço pedagógico para transformá-lo num ambiente de combate ao preconceito linguístico e a toda forma de preconceitos sociais. Para tanto, devemos estar conscientes de que precisamos ensinar um padrão comum, por ser ele a língua oficial e formal do país, na qual são redigidos os documentos, as leis, assim como são elaborados os discursos que uma minoria utiliza para controlar uma maioria. Assim, ao se conhecer as diversas formas de se pronunciar a mesma palavra, os alunos compreenderão melhor o uso da língua, tendo se apropriado tanto da norma padrão, como da norma popular.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, E.R. (2006). **Os Sujeitos Educandos na EJA**. In: FREITAS, M.L.Q, MOURA, T.M.M. Educação de Jovens e Adultos (Guia de estudo), NEAD/Maceió.

ANTUNES, I. (2007). **Muito Além da Gramática**: por um ensino de língua sem pedras no caminho. São Paulo, Parábola.

BAGNO, M. (1999). **Preconceito Lingüístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola.

_____ (2000). **A Dramática da Língua Portuguesa**: tradição gramática, mídia e exclusão social, São Paulo: Loyola.

_____ (2001). **Português ou Brasileiro**: um convite a pesquisa. São Paulo: Parábola.

BAGNO, M et al. **Língua Materna**: Letramento, Variação e Ensino. São Paulo, Parábola, 2002.

_____ (2003). **A Língua de Eulália**: Novela sociolingüística. 12 ed. São Paulo: Contexto.

_____ (2004). **Educação em Língua Materna: A sócio lingüística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial.

_____ **A Norma Oculta:** Língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo, 5ª ed. Parábola, 2005.

_____ (2007). **Nada na Língua é Por Acaso.** São Paulo. Parábola.

BORTONI-RICARDO. S. M; DELTTONI, R. do V. (2001). **Diversidades Lingüísticas e Desigualdades Sociais:** Aplicando a Pedagogia Culturalmente Sensível. In: COX, M. I. P; ASSIS-PETERSON, A.A. de. (Org.). Cenas de Sala de Aula. Campinas-SP: Mercado das Letras.

BORTONI-RICARDO. S. M. (2004). Educação em língua materna: A sociolingüística em sala de aula. São Paulo: Parábola.

_____ (2006). **Nós chegemu na escola, e agora?** Sociolingüística e educação. São Paulo: Parábola.

_____ (2008). **Falar, ler e escrever em sala de aula:** do período pós alfabetização ao 5º ano. São Paulo: Parábola.

BRIGTH, W. (1974). **As dimensões da sociolingüística.** In: FONSECA, M S V; NEVES, M.F. (Org.) Sociolingüística. Rio de Janeiro: Eldorado.

CASTILHO, A. T. de. (1998). **A Língua Falada no Ensino de Português.** São Paulo: Contexto.

CAVALCANTE, M. A.da. S, FUMES, N.L.F. (2006). **Educação e Linguagem:** Saberes, discursos e práticas. Maceió: EDUFAL.

CAVALCANTE, M. A.da. S; SANTOS, M. B. (2000). **Contribuições da Variação Lingüística ao Ensino de Língua Portuguesa.** In: MOURA, M. D; MORAIS, G. (Org.) Ler e Escrever Para Que? Maceió: EDUFAL.

CHAUÍ, Marilena de Souza. 2000, **O que é Ideologia.** 38 ed, São Paulo: Brasiliense.

DIONISIO, A. P. **Variedades Lingüísticas**: (2002). Avanços e Entraves. In: DIONISIO, A. P; BEZERRA, M. A. O livro Didático de Português: múltiplos olhares. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna .

FARACO, C.A. (2008). **Norma Culta Brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: parábola.

GAGNÉ, GUILLES. (2002). **A norma e o ensino da língua materna**. In: BAGNO, M et al. *Lingua Materna: Letramento, Variação e Ensino*. São Paulo, Parábola, p. 163-238.

GORSKI, E.M., COELHO, I.L. (2006). **Sociolinguística e Ensino**: Contribuições para o ensino do professor de língua. Florianópolis, ed. UFSC.

LABOV, W. (1983) **Modelos Sociolingüísticos**. Madrid: Cátedra.

_____. (2008). **Padrões Sociolingüísticos**. Parábola Editorial.

MARCUSCHI, L.A. (2008). **Produção textual**: análise de gêneros e compreensão. São Paulo, Parábola Editorial.

SCHERRE, M.M.P. (2005). **Doa-se Lindo Filhotes De Poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo, Parábola.

TARALLO, F.A (2002). **Pesquisa Sociolinguística**. 7 ed. São Paulo: Ática.